

**PARECER N° 85/2021**

**MENSAGEM DE VETO GAB. 16/2021**

**COMISSÃO ESPECIAL**

**RELATOR VEREADOR WILLIAM PROFESSOR**

### **RELATÓRIO**

Trata-se de Mensagem encaminhada, pelo senhor Prefeito, a esta Casa, na qual informa o veto total ao Projeto de Lei n° 18/2021, de autoria do Vereador Gilmar Vendedor, que *“declara de preservação permanente, de interesse comum e imune de corte, no Município de Arinos, o baruzeiro (Dipteryx alata Vogel )”*

Recebida a referida proposição, foi criada comissão especial para emitir parecer sobre o veto, nos termos da alínea “b” do inciso I do artigo 99 do Regimento Interno.

Em síntese, o relatório.

### **FUNDAMENTAÇÃO**

O Projeto de Lei n° 18/2021 visa declarar de preservação permanente, de interesse comum e imune de corte, no Município de Arinos, o baruzeiro (Dipteryx alata Vogel )”

Conforme informado, o senhor Prefeito vetou totalmente o referido projeto de lei sob o fundamento de vício de iniciativa e por conveniência e interesse público e social.

Consoante justificado:

Dessa forma, há vício de iniciativa no Projeto de Lei em análise, pois diz respeito à organização e funcionamento dos serviços da administração

municipal, mais especificamente no que tange ao critério permanente da elaboração de novos projetos e na reestruturação dos já existentes, quanto a necessidade do plantio e a conservação de árvores, o qual é de competência do Chefe do Poder Executivo, conforme o Parágrafo Único do art. 275 da Lei Orgânica Municipal.

Entendemos que, ao atribuir obrigações aos órgãos ambientais, no que tange à autorização para supressão do baruzeiro, o projeto de lei em exame invadiu a competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo para dispor sobre organização e funcionamento dos órgãos da administração pública, nos termos do inciso III do art. 58 da Lei Orgânica.

Quanto à conveniência e o interesse público e social, destaca o senhor Prefeito:

Noutra sorte, há pública e notória exploração econômica do baruzerio por cooperativas, produtores em regime de economia familiar e pessoas jurídicas. Nesse sentido, quaisquer regulações de matérias afetas a esta atividade econômica merece atenção dos poderes legislativo e executivo, tendente a harmonizar a necessidade e cuidado com o meio ambiente e a geração de riquezas, devendo tornar todo setor econômico um viés de exploração sustentável.

Apesar da necessidade de se promover a preservação do baruzeiro, vale destacar, por outro lado, que a sua exploração econômica constitui importante fonte de renda em nossa região, seja pelo uso da polpa e sementes, seja pela extração da madeira.

Diante disso, faz-se necessária uma regulamentação legal que viabilize a proteção do baruzeiro e permita, na esteira do desenvolvimento sustentável, a sua exploração econômica.

Portanto, assiste razão ao senhor Prefeito ao invocar a conveniência e o interesse público e social para vetar o projeto.

## **CONCLUSÃO**

Diante do exposto, concluo pela manutenção do veto total ao Projeto de Lei nº 18, de 2021.

Sala das Comissões, 10 de dezembro de 2021.

Vereador WILLIAM PROFESSOR

Relator